

LULA LIVRE: RESISTÊNCIA SOCIALISTA!

Derrotar a barbárie ultraliberal e neofascista: uma alternativa democrático-popular e socialista

*Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.
Somos a perigosa memória das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror à ordem
do que homens e mulheres que sonham.
Nós sonhamos. E organizamos o sonho.*

(Pedro Tierra)

A Resistência Socialista se apresenta ao conjunto do Partido dos Trabalhadores nesse 7º Congresso como uma nova corrente interna.

Somos originários de coletivos regionais do PT, organizados em 21 estados do Brasil e compostos por militantes dos movimentos sociais, por militantes jovens e históricos, por feministas, por antirracistas, por negros e negras, por indígenas, por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, por intelectuais, por dirigentes partidários e por parlamentares. Defendemos um partido de caráter socialista e democrático e queremos contribuir para uma profunda reflexão sobre o papel do PT, seus desafios, sua estratégia e sua atuação. Construimos o Muda PT e participamos do conjunto de forças que defendeu a realização desse 7º Congresso.

Nos apresentamos aos petistas de todo o país afirmando nossa nitidez e defesa de um PT à esquerda, militante, socialista, crítico e autocrítico, comprometido com a tarefa histórica de resistência e combate ao ultraliberalismo e ao neofascismo – ao golpe continuado contra a soberania nacional, a democracia e os direitos do povo brasileiro.

Quer conhecer a Resistência Socialista, assinar ou contribuir com nossa tese?

Entre em contato:

resistenciasocialista@pt.org.br

I. Introdução

1. O PT se encontra hoje, mais uma vez, diante de encruzilhadas históricas que definirão seu futuro como partido do povo e ferramenta estratégica para construção do socialismo no Brasil.

2. O 7º Congresso tem como desafio maior apontar as diretrizes para reorganização e renovação do PT no contexto mais adverso que atravessamos desde a redemocratização. O golpe de 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro inauguraram um novo período histórico. As classes dominantes brasileiras, o grande capital internacional e o imperialismo romperam com os princípios democrático-liberais.
3. Vivemos um período de transição. Não estamos ainda em uma ditadura aberta e nem sob uma democracia-liberal. A burguesia rompeu com o pacto e com a Constituição de 1988. Estamos diante de novos e imensos desafios. O PT é parte e também produto histórico do processo de redemocratização do país. Portanto, o novo período marca também o fim do Partido dos Trabalhadores nos moldes em que se constituiu nas últimas três décadas.
4. ***A luta social e organização popular devem, portanto, ocupar o centro da ação partidária.*** É hora de mudar as prioridades políticas e a ação cotidiana do PT. A coalizão bolsonarista não quer apenas nos derrotar. Bolsonaro e o núcleo neofascista do governo pretendem destruir a esquerda e o PT. Nesse contexto a reorganização do Partido é tarefa urgente e necessária, sem a qual nossa sobrevivência está ameaçada. A disputa eleitoral não pode continuar sendo a principal (ou quase única) frente de ação partidária. É fundamental a unificação do campo democrático popular.
5. A crise de 2008 resultou em uma brutal ofensiva do capitalismo neoliberal. Cada vez mais se torna nítida a ***crescente incompatibilização entre capitalismo e democracia.*** Estamos em um período de retrocessos mundiais. O capitalismo se reestrutura radicalizando seu programa de exclusão e morte para milhões. A experiência da Grécia, o governo Trump, a guinada conservadora na América Latina, o golpe de 2016, com a eleição de Bolsonaro são evidências desse novo momento.
6. O debate congressional deve responder ao desafio de atualizar nossa análise da sociedade brasileira e formular as bases para a atualização do programa democrático-popular, afirmando nosso objetivo estratégico: o socialismo.
7. Convocado por pressão da esquerda petista, o 6º Congresso representou um esforço unitário que resultou numa guinada tática do Partido para o enfrentamento do golpe de 2016, abrindo ampla discussão sobre o balanço e o futuro do PT. O Congresso reafirmou nosso projeto socialista, embora sem aprofundar a estratégia para a sua construção.
8. A correção de nossa tática definida no 6º Congresso - com a candidatura Lula Presidente - deu significado a um confronto global com o golpe, com a narrativa da “normalidade democrática” do Governo e do caráter golpista e casuísta da Lava Jato para crescentes setores do povo. Essa linha de atuação deve ser aprofundada.
9. O 7º Congresso deve partir de onde parou o 6º: radicalizar o movimento de inflexão do Partido à esquerda, polarizando com a agenda ultraliberal e neofascista do

Governo Bolsonaro e avançando no debate inconcluso da *atualização do programa democrático-popular e da estratégia socialista para o Partido*.

I. O cenário atual

10. O golpe de 2016 representou a mais dura derrota imposta ao PT em sua história, com implicações que alteraram a correlação de forças no país, no continente e no mundo em desfavor da classe trabalhadora e em favor do grande capital transnacional, em particular o capital financeiro.
11. O golpe foi uma articulação internacional, patrocinada pelos EUA, de caráter estratégico e geopolítico. Uma resposta aos avanços sociais e econômicos assegurados pelas políticas públicas e pelas opções de política externa dos governos Lula e Dilma. Um meio de assegurar o acesso às riquezas do país, sobretudo ao petróleo do pré-sal, a Amazônia e as nossas empresas, como a Embraer.
12. O capital financeiro e o imperialismo uniram, em torno da radicalização do programa neoliberal, que estamos chamando aqui de ultraliberal, um amplo leque de forças internas e estrangeiras que patrocinaram uma estratégia de desestabilização econômica, fragilização política e mobilização de massas contra o governo Dilma, pondo em marcha o processo fraudulento do *impeachment*. Na sequência, viabilizaram a prisão política ilegal de Lula e seu afastamento do pleito de 2018. A eleição de Jair Bolsonaro (que nunca foi um quadro da direita tradicional) é fruto desse processo. Ao mesmo tempo, sua vitória agregou um caráter neofascista, extremamente autoritário, ao programa ultraliberal.
13. As eleições ocorreram no contexto do golpe e foram marcadas pelas ações ilegais da *Lava-Jato*, pelas fraudes das *fake news*, pelo envolvimento de igrejas cristãs conservadoras na disseminação de mentiras e preconceitos e pela ausência de debate no segundo turno. Apesar das adversidades, a candidatura Haddad/Manuela obteve 44,87% dos votos e o PT elegeu a maior bancada de deputados federais. Entretanto, é preciso reconhecer que o PT deixou de ser referência para imensos contingentes da classe trabalhadora atingida pelo desemprego, pela precarização do trabalho, pela violência cotidiana.
14. *Apesar de denunciar as fraudes, o PT naturalizou a vitória de Bolsonaro, que não deveria ter sido naturalizada, mas compreendida e denunciada como parte de um golpe. Portanto, o Partido precisa reposicionar-se na conjuntura*, repensando sua ação estratégica e suas bases programáticas e organizacionais. Nesse sentido, impõe-se um giro na direção do fortalecimento da luta popular e social alicerçada em permanente construção cultural e ideológica.
15. O governo Bolsonaro é um governo de morte e desmonte, pois opera no sentido de desconstruir o conjunto dos direitos humanos, sejam os civis, as liberdades democráticas, os direitos sociais, culturais, ambientais. É um governo intrinsecamente anti-povo, anti-trabalhador, machista e misógino, racista, xenófobo, anti-juventude, que propaga discurso de ódio contra a população LGBTI. Ao mesmo tempo, ataca a educação, a cultura e a ciência. Quer destruir as próprias

bases do Estado nacional, nossas empresas e institutos de pesquisa, nossas universidades, nossa produção cultural. Tem um caráter neocolonial e obscurantista.

16. A criminalização das lideranças sociais (como a prisão de militantes do movimento de moradia em São Paulo) o assassinato e a violência física contra lideranças de movimentos no campo, indígenas, defensores de direitos humanos, se somam à violência cotidiana – e à letalidade policial e ao aumento do encarceramento - crescente contra os pobres, a juventude negra, as mulheres e LGBTIs nas cidades - uma tendência grave a ser enfrentada pela esquerda como prioridade.
17. As recentes ofensivas verbais e de medidas programáticas promovidas por Bolsonaro (ataque aos nordestinos, à memória de mortos pela ditadura, a portaria de expulsão de estrangeiros, as privatizações à toque de caixa) indicam ***que o Estado de exceção pode evoluir para uma eventual ruptura com o que resta da democracia formal***. A contenção desse processo exige o fortalecimento da mobilização popular e medidas de enfrentamento tático. Do ponto de vista imediato, as pautas mobilizadoras dizem respeito ao cotidiano das amplas massas: a defesa da educação pública, a luta contra a reforma da previdência, a luta por empregos e salários.
18. No processo de acúmulo de forças e aumento do repúdio (embora ainda limitado a setores sociais mais progressistas) a denúncia continuada e ampliada do governo Bolsonaro – envolvendo crescentes apoios internos e internacionais – pode evoluir para apontar alternativas táticas e de bandeira de luta mais gerais. Entre elas, o reforço da campanha #LulaLivre (e anulação de sua condenação), **a contestação da fraude eleitoral da chapa Bolsonaro/Mourão e a consequente convocação de eleições livres, diretas e limpas, devolvendo ao povo a soberania da condução política do país**.
19. **A luta pelo fim da injusta e arbitrária prisão de Lula – escancarada pelas revelações do site *The Intercept Brazil* – continua sendo central na luta por democracia, pelos direitos sociais e soberania nacional**. A conquista de sua liberdade, inseparável da defesa de sua inocência, é tarefa a ser liderada pelo PT com a busca de todos os apoios legais, políticos e sociais possíveis. A imprescindível pluralidade dos Comitês Lula Livre não retira do PT o compromisso com sua disseminação, fortalecimento e transformação em focos de resistência ao arbítrio.
20. O acirramento da disputa política e ideológica pode gerar algum grau de crise internamente ao bloco golpista, capaz de aprofundar-se pelos arroubos autoritários de Bolsonaro, além de crescente descontentamento popular pela falta de respostas do governo à crise social, ao desemprego e à carestia.

III. A reafirmação da estratégia socialista do PT e do programa democrático e popular

21. O PT nasceu de uma necessidade histórica de auto-organização e de representação política da classe trabalhadora no Brasil no período final da ditadura militar, em um país herdeiro de uma cultura colonial e oligárquica enraizada em centenas de anos de exploração do trabalho escravo.
22. Ao possibilitar que setores populares organizassem sua história pela superação da exclusão social e política, o PT impactou de forma profunda e positiva a trajetória do país no final do século passado e na atualidade. Ao assumir a defesa e o protagonismo dos trabalhadores colocaram-se também ao PT os desafios pendentes de superação da herança colonial e oligárquica – a construção da democracia, dos direitos e da formação e independência nacionais.
23. Previsto em seu Manifesto de Fundação, nos estatutos e nas resoluções dos seis Congressos realizados em sua história, o caráter socialista do PT nunca foi alterado. No entanto, não pode ser um adereço ou uma tradição burocraticamente reafirmada, sem consequências políticas, ideológicas e práticas na construção partidária. A estratégia socialista do PT deve estar articulada a um programa de reformas estruturais, atualizando as formulações do V Encontro Nacional do PT, agora após experiências concretas no governo federal.
24. A provável reação das classes dominantes a esta estratégia estava prevista no próprio conteúdo das nossas resoluções, para as quais o Partido e o campo democrático e popular deveriam preparar-se para uma reação golpista do imperialismo e das oligarquias à implementação de nosso programa de reformas. Desse confronto, estariam no horizonte tanto a ruptura socialista liderada pela esquerda quanto a restauração neoliberal liderada pela direita.
25. Não se confirmaram as concepções dos que acreditavam em instituições neutras e no republicanismo - **a maioria do partido se iludiu com o caráter supostamente democrático da burguesia e do aparato estatal**. Não operamos no sentido de realizar as reformas estruturais - agrária, urbana, política, tributária, dos meios de comunicação. Portanto, não alteramos o caráter do Estado e de suas instituições como as polícias, as FFAA, o Ministério Público e o Judiciário (agentes fundamentais do golpe que iniciou em 2016).
26. Experimentamos também os limites do lulismo, cujas características de conciliação de interesses de classe contraditórios, de defesa de avanços sociais sem rupturas e de amplas alianças sociais e partidárias – como método de governo e relação com a institucionalidade – foram insuficientes para gerar um novo tipo de consciência e força popular de caráter transformador da realidade. **A maioria do PT acomodou-se ao sucesso político e eleitoral do lulismo, perdeu sua radicalidade e seus vínculos organizados com o movimento real de massas, mantendo uma relação burocrática com os movimentos sociais e negligenciando suas políticas próprias de comunicação, organização, formação política de quadros e militância que caracterizaram sua origem, fundação e projeto partidário**.
27. Para o enfrentamento dos novos e duros tempos em que vivemos, é necessário que o 7º Congresso avance na atualização do programa de reformas estruturais e na sua articulação orgânica com a estratégia socialista.

IV. Construção Partidária

28. O PT precisa realizar o 7º Congresso com a disposição de fazer um debate amplo, substantivo e mobilizador, partindo de um balanço que considere os acertos, as limitações e os erros cometidos, pois eles fazem parte de qualquer percurso histórico. O momento exige a re colocação do PT como um partido radical para ser capaz de derrotar o projeto neofascista, retomando o trabalho de base se adaptando às características da sociedade atual e às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.
29. **Para nos tornamos um Partido capaz de resistir e organizar a oposição ao bolsonarismo deveremos ser de massa, mas de *massa militante*.** Girar nossa atuação para voltar a ter organização nas bases (nos territórios, mas também na juventude, no ativismo feminista, anti-racista, nas universidades).
30. **Precisamos retomar com prioridade a formação política intensiva, visando constituir quadros militantes.** Resgatar o papel dos núcleos, com algum poder deliberativo, fortalecendo nossa organização territorial. Estamos desafiados a construir direções coletivas, constituídas de forma plural e diversa, na prática – composta com quadros dedicados, preparados e dinâmicos. A renovação geracional e a reconexão com a juventude é condição urgente sem a qual pereceremos. A participação de negros e negras, dos indígenas, das mulheres e da juventude nas direções não podem ser apenas um artificialismo burocrático.
31. O PT renovado deverá dar o peso necessário à luta eleitoral, mas focará com igual ou mais força na organização de base e na luta extra-institucional. Teremos como objetivo reconstruir uma identidade socialista, feminista, rebelde, antirracista, libertária, democrática e antissistêmica - sem a qual será impossível reencantar a juventude ou nos reconectar com militantes históricos.
32. **O PT precisa de uma direção colegiada da Secretaria de Finanças, que deve ser transparente e democrática para todos os filiados, amparados em uma construção de um orçamento participativo com a base do partido. A definição da divisão de recursos para as campanhas eleitorais também deve ser definida de forma transparente e democrática** – garantindo que o conjunto das candidaturas petistas possam ser financiadas com justa condição eleitoral.
33. O 7º Congresso, ao reafirmar o PT como Partido socialista incorporará no centro do nosso programa as lutas feminista e antirracista. Não há socialismo sem feminismo. É necessário para além da paridade, que é uma conquista das mulheres, fortalecê-las nas direções partidárias gerais, nos cargos de direção com papéis importantes, apoiando e criando instrumentos para incentivar a formação e a atuação política das dirigentes mulheres. E, principalmente retomando a construção de uma cultura feminista no PT. Além disso, é preciso reconhecer e incorporar em nossa ação, a ideia de que não há transformação possível no Brasil sem o enfrentamento ao racismo estrutural, sem que negras e negros, periféricos, jovens, pobres estejam à frente das mobilizações e dos núcleos dirigentes.

34. **A reorganização do Partido passa por nos posicionarmos na vanguarda das lutas, pelas liberdades democráticas, pelos direitos civis, políticos e sociais, pelos direitos ambientais, pelo conjunto dos direitos humanos, LGBTI, da juventude, pelos direitos sexuais e reprodutivos, pelo internacionalismo, pela soberania nacional e pela igualdade social.**
35. **Queremos um Congresso que, desde já, envolva toda a militância num intenso processo de debates, de participação nas campanhas do partido, sobretudo na defesa da libertação de Lula e da anulação da sua condenação.**

Viva a Resistência Socialista!

Viva o PT!

Lula livre!